

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1999

1

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1999	Substitutivo da Câmara dos Deputados (PL nº 2.286, de 1999)
Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências.	Dispõe sobre o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
<b>Art. 1º</b> É criado o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional, no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos de reais).	<b>Art. 1º</b> Fica instituído o selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional, a ser emitido e comercializado nos termos previstos nesta Lei.
Parágrafo único. Incumbe à Empresa de Correios e Telégrafos - ECT - a criação, a emissão e a comercialização do selo de que trata este artigo.	
<b>Art. 2º</b> Sem prejuízo do pagamento da tarifa regular, o selo criado por esta Lei será apostado nas correspondências confiadas à ECT, em caráter voluntário e facultativo.	<b>Art. 2º</b> Sem prejuízo do pagamento da tarifa regular, o selo de que trata esta Lei será apostado nas correspondências confiadas à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em caráter voluntário e facultativo.
§ 1º O produto da arrecadação com a venda, descontados os custos de produção, será destinado às Sociedades Pestalozzi, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes e instituições idôneas similares, de todo o País, por meio de convênios a serem firmados entre a ECT e as entidades beneficiadas.	§ 1º O valor arrecadado com a venda, descontados os custos de produção do selo, será destinado às entidades de amparo e apoio à criança excepcional de todo o País que firmarem convênio com a ECT.
§ 2º O convênio previsto no § 1º fixará os encargos das partes e será firmado em estrito atendimento ao disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	§ 2º Os convênios firmados entre a ECT e as entidades referidas no § 1º deste artigo deverão fixar os encargos das partes e atender às estritas prescrições dispostas no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 3º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.